

DA IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, EM NOSSOS DIAS

Francisco de Andrade Rosa¹

Raquel Martins Fernandes²

Walkyr Gomes Marra³

RESUMO: Este trabalho é uma contribuição para tentar circunscrever o espaço da Filosofia em uma instituição de ensino técnico e tecnológico. Nesse sentido, optamos por demonstrar em quais áreas a disciplina pode contribuir para uma reflexão sobre a educação profissional tecnológica. Após uma introdução explicitando o que motivou a formação de um grupo de pesquisa em Filosofia no IFMT – Campus Cuiabá, definimos áreas de atuação, como Tecnologia, Epistemologia e Ética.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia, ensino, tecnologia.

ABSTRACT: This study is defined as a contribution for delineating the space of the Philosophy in an institution of technological and technical education. Based on this statement it was opted to demonstrate in which educational areas the school subject may contribute for reflecting about technological and professional educational issues. After doing an introduction about what has motivated the formation of a Philosophy research group in the IFMT Campus Cuiabá the researched areas were defined, such as Technology, Epistemology and Ethics. The teachers informed in topics, their areas of interest.

KEYWORDS: Philosophy, teaching, technology.

1 Mestre em Estudos de Linguagem, pela Universidade Federal de Mato Grosso; professor de Filosofia no IFMT – Campus Cuiabá. E-mail: franrosa@terra.com.br.

2 Mestra em Educação, pela Universidade Federal de Mato Grosso; professora de Filosofia no IFMT – Campus Bela Vista. E-mail: raquel@quimica.cefetmt.br.

3 Mestrando em Educação, pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); professor de Filosofia no IFMT – Campus Cuiabá. E-mail: walkyr.marra@cba.ifmt.edu.br.

INTRODUÇÃO

Além de ser a primeira produção do Grupo de Pesquisa de Filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (GPFI-FMT), a intenção deste artigo é fazer uma reflexão acerca do ensino de Filosofia e o seu papel na atual conjuntura da educação profissional e tecnológica.

O grupo de pesquisa em Filosofia surgiu com a intenção de respostas às inquietações em relação ao papel da disciplina em uma instituição que tem como missão o ensino profissional e tecnológico. Sendo assim, em 2008, os docentes de Filosofia do IFMT começaram a se encontrar para ler e discutir obras filosóficas clássicas e referentes ao ensino. Também nesse ano, começou a articular com o grupo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) uma aproximação para atuar em parceria no ensino-pesquisa-extensão.

O artigo foi construído com a contribuição dos membros do grupo, no formato de três tópicos: Tecnologia, Metodologia de Ensino e Ética, desenvolvidos pelos professores Francisco, Raquel e Walkyr, respectivamente.

TECNOLOGIA E FILOSOFIA

A sociedade contemporânea está numa constante transformação. O que constatamos é que a vida, de maneira geral, está mudando. As novas tecnologias de comunicação e informação estão transformando nossas maneiras de produzir, pensar e mesmo de nos relacionarmos. Pode-se falar em mudança cultural de grandes proporções, ou mesmo em uma nova maneira de viver, e a educação é uma das áreas que está sendo afetada.

Estas mudanças têm como emblema o computador. Já se passaram mais de 30 anos do surgimento do computador pessoal. O sonho daqueles jovens *hippies*, fanáticos por eletrônica, que tinham a pretensão de desviar a nova tecnologia em favor da contracultura, de certa forma, se realizou (LEVY, 1993, p. 43).

O computador era utilizado somente nas universidades, grandes empresas e governos, para fins bélicos ou para tratamento de grande

volume de informações. Ele estava distante da realidade cotidiana, da sociedade em geral. A criação dos microcomputadores visava romper com esta situação de utilização restrita a poucos, abrindo “uma brecha na centralização e na posse de preciosas informações por alguns privilegiados” (BRETON, apud CARNEIRO, 2002, p. 18).

Os jovens acadêmicos, que não tinham acesso aos computadores, empreenderam uma batalha para tê-los e, ao mesmo tempo, compartilhá-los com a sociedade em geral. Desta forma, “a sociedade da informação centralizada tornar-se-ia, progressivamente, uma sociedade da comunicação, uma sociedade das redes” (ibid., p. 18).

O acesso popular era dificultado pelo tamanho da máquina, pelas exigências ambientais de refrigeração e pela difícil manipulação das linguagens de programação. “O computador colonizou a produção cultural”, afirma Lunenfeld, citado por Santaella (2003, p. 20). Uma máquina que estava destinada a mastigar números começa a mastigar tudo: da linguagem impressa à música, da fotografia ao cinema. E o momento explosivo para isto se deu quando o computador se uniu às redes telecomunicacionais, o que resultou em algo único na história das mídias tecnológicas (ibid., p. 20).

Manuel Castells (2003, p. 13) afirma que a história da internet é uma história extraordinária, principalmente porque ela coloca em evidência a capacidade das pessoas de superar e transcender metas institucionais, além de quebrar barreiras burocráticas e subverter valores estabelecidos. Um mundo novo foi criado.

Heidegger (1958), filósofo alemão, um grande expoente do século XX, afirma que a essência da técnica é algo de natureza não técnica. Refletir sobre a técnica é importante numa instituição que tem como missão o ensino técnico e tecnológico, pois não é possível compreender a sociedade contemporânea sem esta reflexão. Hoje, há uma nova maneira de se tornar humano que condiciona quase todos os setores da vida, onde a técnica tem um papel demasiado importante. “As técnicas não determinam, elas condicionam” o modo de conhecimento e organização social (LEVY, 2003, p. 10).

A Filosofia tem como papel principal a busca pelo sentido, a razão do ser das coisas e da existência. Hoje, o ser é condicionado pela técnica e pela tecnologia. Compreender este universo é um passo para entender o humano. Como afirma Merleau-Ponty (1975), “a verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo” e isto, hoje, passa pela lente da técnica e da tecnologia.

Reflexões feitas sobre a técnica detectaram quatro concepções: na *instrumentalista*, a técnica é o instrumento através do qual o homem interfere na natureza para retirar sua sobrevivência; a técnica é o conjunto de meios utilizados para suprir as necessidades humanas. E os meios e instrumentos, nesta perspectiva, são neutros.

A concepção *anti-instrumentalista* tem como característica básica a rejeição da neutralidade técnica e a sua definição como potência autônoma. Uma terceira perspectiva, chamada de *dromológica* por Escóssia (1999), analisa a técnica a partir da velocidade e a considera como própria dos dispositivos (VIRILIO e SYLVRE, 1984).

Finalmente, na concepção *ontogenética*, a técnica é concebida como dimensão do devir coletivo da humanidade. Esta concepção permite pensá-la como desdobramento do ser, como motor de individuação humana, pois, ao se individuar, o objeto técnico cria um novo espaço. “Assim, o sistema formado pelo sujeito e pelo mundo é reinventado toda vez que se cria um objeto, estabelecendo uma nova dinâmica no campo de subjetivação individual e coletiva” (ESCÓSSIA, 1999, p. 47). É importante dizer que estas concepções não obedecem a uma ordem lógica sucessiva, elas podem coexistir numa mesma época e numa mesma sociedade.

Apesar destas reflexões, Lévy (1993) afirma que há um distanciamento entre as discussões em curso e a evolução técnica. “Ora, somos forçados a constatar o distanciamento alucinante entre a natureza dos problemas colocados à coletividade humana pela situação mundial da evolução técnica e o estado do debate ‘coletivo’ sobre o assunto, ou antes, do debate midiático” (ibid., p. 7). O autor continua afirmando que existe razão histórica para isto. Segundo ele, “a filosofia política e a reflexão sobre o conhecimento cristalizaram-se em época nas quais as tecnologias de transformação e de comunicação estavam relativamente estáveis ou pare-

ciam evoluir em uma direção previsível” (ibid., p. 7), daí que não se instituiu colocar os processos sociotécnicos sob julgamento da coletividade:

Apesar de vivermos em uma ‘democracia’, os processos sociotécnicos raramente são objetos de deliberações coletivas explícitas, e menos ainda de decisões tomadas pelo conjunto dos cidadãos. Uma reapropriação mental do fenômeno técnico nos parece um pré-requisito indispensável para a instauração progressiva de uma tecnodemocracia (ibid., p. 8).

Há uma pergunta interessante feita no prefácio do livro *O império das técnicas*, de Ruth Scheps (1996, p. 8): “O Engenheiro não tem direito a pensar?”. Ele pensa, pois é aquele que se empenha “em procurar em sua mente o meio de conceber engenhos, isto é, astúcia que permita vencer as forças adversas, sejam elas matérias ou humanas” (ibid., p. 9). Então, não restam dúvidas de que o engenheiro pensa. A questão está em não restar dúvida – sua ausência torna-se um problema. O pensamento engenhoso move-se em espaços fechados, com territórios bem marcados e protegidos por sólidas muralhas que excluem qualquer dúvida. Colocá-la, eis o papel da Filosofia.

A era em que vivemos, definida por Ciro Marcondes (1994) como “tecnológica”, tem por características: a figura dominante é a máquina; na ética/comportamento predomina a ausência de controle superior e de moral socialmente sancionada; a utopia é o virtual; não existe uma força vinculante e não há metas a cumprir; na arte, predomina a desorientação estética; ocorre a pulverização da totalidade.

Uma instituição com vocação para os ensinoss técnico e tecnológico tem como obrigação refletir sobre o seu papel em nosso mundo. Com isto, a Filosofia tem muito a contribuir.

O ENSINO DE FILOSOFIA

Neste tópico, discutiremos aspectos básicos do ensino de Filosofia que favorecem a formação profissional e humanística.

Percebe-se que é necessário o ensino de Filosofia nos cursos de educação profissional, tendo em vista o contexto da complexidade de informações do mundo globalizado. Lidar com as informações que encontramos em nosso meio é uma tarefa muito difícil. Não é preciso ser sábio para perceber que vivemos num ambiente em que o volume de informações é muito maior do que em outros momentos da história da humanidade. Pode ser que nos acostumemos com a idéia, assim como os portugueses e espanhóis ‘acostumaram-se’ com o mundo que descobriram com as grandes navegações. Como podemos nos organizar se recolhemos informações em uma complicação sem limites? Em termos de espaço e tempo, a vida de um ser humano torna-se, hoje, uma linha curta que não comporta esse volume de informações que se encontra, além de emaranhado, dentro da perspectiva da complexidade de informações que atordoa o ser humano, exatamente porque, no presente, ultrapassa a dicotomia claro-escuro; encontramos uma dificuldade de permanecer em ‘momentos lógicos’ e, ao mesmo tempo, neles não encontramos sentido.

Uma educação que permita um saber significativo, a participação e o desenvolvimento da competência de organização de informações é necessária neste contexto. Tratando-se de um mundo que se pretende globalizado, fazer uma análise da complexidade de informações é fundamental do ponto de vista epistemológico e também ético. O tratamento das informações de um mundo globalizado envolve uma complexidade cultural, digamos, sem limites. E saber organizar estas informações significa reconhecer o outro enquanto sujeito também deste mundo globalizado. Significa respeitar o espaço sociocultural de uma rede miúda de ‘nações’ e/ou ‘tribos’⁴. Esta tarefa é das mais difíceis e permite a alguns ‘céticos’ afirmar que a globalização é impossível ou a alguns ‘pessimistas’ dizerem que resultará na dominação de uma ‘bloco’ sobre outro.

⁴ Aqui, referimo-nos não só às diferenças culturais entre os atuais países, onde alguns podem ser tomados como tendo organização tribal, se comparados a outros, mas, também, às tribos que existem no interior de sociedades tidas como organizadas, que eticamente podem até comprometer mais que as primeiras.

A solidariedade e o diálogo poderiam ser as bases para uma nova forma de organização social, pois apenas o desenvolvimento técnico-científico não seria suficiente.

O contexto da discussão filosófica sobre a educação não pode ser distanciado do contexto atual em que vivemos. Julgamos ser necessário, para o ambiente de complexidade de informações do mundo globalizado, o cuidado por parte dos educadores para facilitar (ou ao menos discutir) a organização destas informações de forma que façam sentido ou, pelo menos, que não esvaziem em nossos alunos o sentido de viver. Sendo assim, um ensino meramente técnico não possibilitaria este sentido.

A Filosofia pode permitir o aprofundamento das questões para a busca de sentido no mundo atual, bem como o desenvolvimento do pensar de modo complexo, que permita a compreensão lógica e organizada do mundo, sem perder seus aspectos criativos, afetivos e de cidadania. Ela permite traduzir informações e organizá-las, ou seja, abre o caminho para se entrar na complexidade de informações do mundo globalizado sem desconsiderar o valor das outras disciplinas na formação de sistemas lógicos de idéias. Assim, a Filosofia é a disciplina encarregada de resgatar o sentido na educação.

Antoni Zabala (2002), em seu livro *Enfoque globalizador e pensamento complexo*, faz uma exposição geral sobre os diversos métodos globalizadores. O enfoque globalizador se opõe ao enfoque superficial, que “tem como objetivo a memorização ou a repetição literal da informação” (ibid., p. 98). O autor mostra as mais recentes tendências pedagógicas⁵, faz ponderações e elucidações que não caberiam neste trabalho, contudo, ao diferenciar estes métodos, mostra que o que os diferencia é o papel que os conteúdos têm frente às necessidades sociais. Um conteúdo é proposto em um currículo não pela sua importância, mas pela necessidade de responder algo; essa necessidade não é definida de forma unilateral (por técnicos, professores ou educandos), nem conforme interesses e circunstâncias, embora eles precisem ser levados em conta

5 Métodos globalizadores analisados pelo autor: Centros de Interesse, Método de Projetos, Investigações do Meio e Projetos de Trabalho Global.

e utilizados como ponto de motivação à investigação. A necessidade é definida pelo problema e objeto que uma disciplina persegue. Como afirma Zabala (2002, p. 30):

A característica fundamental que distingue esses métodos consiste no fato de que os conteúdos estão aí para responder a algumas necessidades que são de caráter global e complexo e que não são selecionados somente pela importância que cada um deles tem para uma determinada disciplina acadêmica.

Há uma necessidade social a ser respondida com o ensino de Filosofia. Hoje, um profissional precisa ter uma visão multidisciplinar, saber relacionar-se; o mundo do trabalho dinamiza as relações atuais de produção. O profissional que vamos formar precisa estar preparado para este contexto.

Há uma discussão básica, que percorre a história da Filosofia, e também a discussão atual sobre o seu ensino: ensina-se Filosofia ou a filosofar? Obiols (2002, p. 55-56) discute esta questão de uma forma inusitada. Quando discorre sobre as modalidades de ensino, o autor expõe as seguintes correntes que identificou no ensino de Filosofia: 1) Enfoque histórico, onde estudar história da Filosofia não é meramente estudar história, mas estudar Filosofia; 2) Enfoque problematizante, no qual o estudo de Filosofia deve estar centrado em temas, problemas ou questões filosóficas; 3) Escritos filosóficos, em que a Filosofia se encontra fundamentalmente nos escritos dos filósofos, em uma série de obras que constituem um cânon acerca de cujos limites podem-se discutir, mas, em qualquer caso, deve constituir o centro da leitura e do comentário no ensino de Filosofia; 4) 'Doutrinária', onde a Filosofia só é compreendida se dentro de um determinado sistema filosófico. Segundo o autor, "nenhuma das modalidades está livre de problemas próprios nem de se desvirtuar e, isoladamente, cada uma delas não pode senão ser unilateral" (ibid., p. 69).

No entanto, para além das modalidades, do tipo de currículo e das finalidades do curso, a questão central é a da postura do professor na sala

de aula, a do tipo de curso que se propõe a desenvolver, as atividades que proporá a seus estudantes (ibid., p. 57). E esta é uma discussão importante tanto para o professor que atua no curso de Filosofia como em outros cursos e em outros níveis. Obiols parte da célebre oposição entre Kant e Hegel sobre filosofar e o ensino de Filosofia. Se o objetivo do ensino é, em geral, promover, facilitar ou produzir alguma aprendizagem, então o ponto de partida para pensar o ensino de Filosofia é perguntarmos qual é o tipo de aprendizagem filosófica possível e desejável (ibid., p. 73). Obiols conclui pela dissolução desse paradoxo *aprender filosofia* ou *aprender a filosofar*, uma vez que os próprios autores de referência colocam os dois aspectos como inseparáveis. Aprender a filosofia sem filosofar seria como aprender a nadar sem entrar na água.

Obiols usa a expressão “modelo formal geral”, por não atrelar o modelo proposto a nenhuma corrente filosófica em particular. Pauta-se em uma definição ampla de Filosofia como “disciplina ou âmbito do conhecimento que pretende indagar de forma argumentativa e, eventualmente, encontrar soluções para problemas gerais, de fundamento ou sentido, que pertençam à tradição filosófica ou que de alguma maneira se relacionem com ela” (ibid., p. 119) e, também, por ser uma proposta que o autor considera viável em diversos níveis, exatamente no âmbito geral, ao passo que as especificidades dos níveis seriam derivadas deste modelo. Em um gráfico, ele expõe os dois eixos básicos de sua proposta e seus desmembramentos:

1) Eixo Processo de Aprendizagem Filosófica: Contempla aprender Filosofia e, concomitantemente, filosofar, envolvendo três níveis curriculares: conceitos, procedimentos e atitudes;

2) Eixo Processo de Ensino Filosófico: Envolve estratégias para o fim proposto acima, divididas em três etapas: 1º. *Início concreto*: motivar e colocar problemas – o professor o faz, levando o educando à problematização através de uma motivação, considerando suas especificidades; 2º. *Desenvolvimento Abstrato*: discutir o problema, analisar textos filosóficos, recorrer à história da filosofia – nesta fase, o professor propõe atividades que visam analisar criticamente as respostas encontradas ao

problema dentre os próprios filósofos; 3º. *Encerramento Concreto*: sintetizar, aplicar e avaliar. Estas três etapas pretendem contemplar um desenvolvimento metodológico eficiente sem descuidar do conteúdo e ocorrem em um processo contínuo e não isoladamente (ibid., p. 120).

Estes elementos apresentados pelo autor certamente auxiliariam em um processo de aprendizagem que pode contribuir para uma formação profissional com enfoque mais humanístico.

ÉTICA

Em que a Filosofia pode auxiliar na construção de um edifício? Em um primeiro momento, o cético poderia afirmar que “em nada”; um incauto poderia dizer: “em pouca coisa”; mas será que, de fato, não há contribuição possível? Para responder a este questionamento, há que se retroceder no tempo cerca de uma década, mais precisamente ao dia 22 de fevereiro de 1998, na Barra da Tijuca – Rio de Janeiro-RJ. Era um domingo de Carnaval.

Na tentativa de construir um “lugar seguro”, a classe média aderiu à idéia de habitar em um condomínio de moradores com muros altos, cerca elétrica, porteiro, alarmes, câmeras de vídeo e tudo mais que se possa imaginar, para assegurar a preservação da vida e dos bens. Porém, em um desses condomínios – o edifício Palace II –, os moradores perceberam que um dos inimigos da conservação da vida e de seus bens não poderia ser detido com alarmes, cercas ou monitoramento eletrônico, pois o edifício que eles habitavam simplesmente se transformaria em um amontoado de escombros, poeira e ferro retorcido, bem abaixo dos seus pés.

Após o desabamento, houve uma comoção nacional. O espanto do cidadão brasileiro derivava também do fato de estar acostumado, e até acomodado, com desabamentos de barracos em áreas de risco, nas favelas do Rio de Janeiro. Mas ver, em cadeia nacional, uma classe social abastada chorar a morte de oito pessoas, além da perda de seus móveis e do próprio imóvel, era realmente chocante... A pergunta que emergiu quase que instantaneamente foi: “Quem é o responsável por essa desven-

tura?” Ao respondê-la, começa-se a esclarecer a indagação preambular.

A construtora responsável pela execução do edifício Palace II foi a Sociedade Empresas Reunidas Sérgio Augusto Naya (Sersan). Sérgio Naya (o terceiro de uma família de nove irmãos), logo após formar-se em Engenharia Civil, mudou para Brasília. Na época, aproximou-se de pessoas influentes, inclusive de um importante general, Golbery Couto e Silva – chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) do governo Geisel. Vale ressaltar que, no período, o Brasil vivia o regime militar de exceção. Couto e Silva foi um grande padrinho e obras públicas fizeram, em grande parte, o rol de construções de Naya.

Sérgio Naya deixou de ser empregado e tornou-se sócio da construtora em que trabalhava. Ainda no regime militar, associou-se a Paulo Octávio – genro do Almirante Maximiniano da Fonseca (Ministro da Marinha durante o governo Figueiredo) – para a construção do Hotel St. Paul. Na época, a Marinha comprou, ainda na planta, 40 desses 272 apartamentos. Mas a ligação de Naya com o poder não acabou junto com o regime militar. Suas relações de amizade passaram também pelos governos civis de José Sarney, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Segundo Naya, até o Ex-deputado Federal Ulysses Guimarães andou em seus jatinhos e também recebeu dinheiro para a campanha presidencial de 1989.

Além da bem-sucedida ascensão empresarial, Naya foi também sucesso eleitoral. Foi eleito Deputado Federal por Minas Gerais, por três mandatos (1987-1991, 1991-1995, 1995-1999), sendo que, na última legislatura, foi o mais votado. Também foi condecorado por diversas vezes. Entre essas premiações, recebeu a Medalha do Mérito da Alvorada (do governo do Distrito Federal), Medalha de Honra da Inconfidência (do governo de Minas Gerais) e a Ordem do Mérito Legislativo (da Assembleia Legislativa de Minas Gerais).

Mas essa história de sucesso e honrarias tem de ser vista com restrições, pois, em 1998, só no Distrito Federal, Naya e suas empresas foram citados em 724 processos judiciais na 1ª Instância do TJ-DF e em outros 82, em 2ª instância. E, a partir de 1998, ele acumularia mais uma dezena de processos oriundos do Palace II, no Rio de Janeiro. Possuía fama de truculento

e foi indiciado, várias vezes, por lesão corporal. Ele ainda respondia por diversos processos também na esfera trabalhista, pois, nas suas construções, não cumpria o mínimo de condições de salubridade estabelecidas.

Após responder à questão de quem foi o responsável pelo desmoronamento do Palace II, há de se perguntar o porquê do desabamento. O histórico de horrores do edifício teve o desfecho com o desmoronamento, mas começou em outubro de 1996, quando Paulo Pereira Ramos, 26 anos, funcionário do condomínio, teve a cabeça esmagada pelo elevador, que se deslocou de um andar para o outro. Paulo morreu na hora. Dois meses depois, o elevador de um empreendimento vizinho, o Palace I – também de responsabilidade da Sersan –, despencou de 12 andares, sem causar vítimas.

Entretanto, o capítulo final do Palace II deu-se na madrugada do dia 22 de fevereiro de 1998. Um grande estampido alertou os moradores que havia algo de errado. Quando buscaram a causa, verificaram que havia uma grande rachadura em uma das pilastras de sustentação no subsolo. Nesse meio tempo, foi possível evacuar o prédio, mas oito pessoas voltaram para buscar pertences pessoais e foram soterradas pelo desabamento. Dias depois, dois especialistas contratados pela Sersan garantiram que poderiam reconstruir parte do Palace II e os moradores poderiam voltar a habitá-lo com segurança. Vinte minutos depois da declaração, mais uma ala do prédio veio abaixo. Na época, Luiz Pinguelli Rosa – vice-diretor do Programa de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ) – estava no local para entregar um laudo que concluía pela implosão do edifício. Ele presenciou o segundo desabamento e sentenciou: “Apesar de ser engenheiro, nunca vi um prédio caindo. Parece um filme do cinema-catástrofe, é belo e trágico. Mais trágico, porque as pessoas estão perdendo suas casas. É absurdo que um prédio caia em pleno 1998. O construtor tem que ser preso” (FOLHA DE SÃO PAULO, 28 fev. 1998).

No dia 28 de fevereiro de 1998, o perito e engenheiro do Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE) Hugo Monteiro disse que “é visível a olho nu a má qualidade do concreto” usado na construção do edifício

e que “o concreto não tem adesão nem coesão, esfarela na mão” (ibid.). O bombeiro hidráulico Milton Pereira Ramos, que trabalhou na edificação do Palace II, afirmou que foi utilizada areia de praia na construção do prédio. “Quando a gente ia quebrar a parede para colocar algum encanamento, caíam areia e até conchinhas” (LIMA, 1998). No dia 1º de março de 1998, a rede Globo exibiu um vídeo com Sérgio Naya admitindo que utilizou material de baixa qualidade e falsificou assinaturas para construir o Palace II.

Meses depois do acontecido, o ICCE divulgou o resultado da perícia técnica. O engenheiro civil Gilberto Menezes Moraes disse que os pilares P4 e P44 – que causaram o desabamento por estarem subdimensionados – foram projetados para suportar 480 toneladas, mas, por uma falha de detalhamento, foram executados para suportar somente 230 toneladas. A realização da planta de um edifício é dividida em três etapas: o cálculo, o dimensionamento e o detalhamento. Segundo o laudo, a falha que causou o desabamento ocorreu nessa última etapa, quando o calculista transformou o projeto em desenhos, para facilitar o trabalho do mestre-de-obras. Desta forma, mesmo usando material comprovadamente de baixa qualidade, a culpa ficou em uma parte do projeto: o detalhamento.

Novamente, faz-se necessário indagar: “O que ocorreu após essas constatações?” O engenheiro civil José Roberto Chendes, em 2001, foi culpabilizado pelo erro. Sua sentença foi paga com trabalhos comunitários. Todavia, um detalhe que, na época, causou revolta e indignação foi uma declaração de Naya: “O preço da Justiça está no canhoto do meu cheque” (ROCHA e FERNANDES, 1998). Esse pronunciamento causou um grande mal-estar na sociedade brasileira, uma vez ele estava sob investigação pela acusação de homicídio. Em 2004, surgiram mais processos contra Naya. Fortes indícios apontavam para favorecimento em seu julgamento. Em 2005, Sérgio Naya e Sérgio Domingues foram absolvidos de qualquer responsabilidade criminal sobre o desabamento do Palace II. Nesse julgamento, em 2ª instância, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) concluiu que não foi comprovada a classificação

do crime doloso. Isso porque o fato havia sido enquadrado no 1º julgamento como desabamento doloso (o prédio teria sido construído para desabar), mas o Ministério Público alterou a acusação para desabamento culposo (os réus agiram com negligência, desatenção e descaso), sendo contrário ao Código Civil esse tipo de conduta. O TJ-RJ entendeu que Naya não poderia ser culpabilizado.

A essa altura, após tentar responder as indagações do tipo “quem foi o responsável pelo desmoronamento do Palace II”, o “porquê” do desabamento, e “o que aconteceu posteriormente”, já existem elementos necessários e suficientes para responder à indagação preliminar: “Como a Filosofia pode auxiliar na construção de um edifício?”. A questão não está relacionada ao cálculo estrutural, pois este não é o objetivo da Filosofia. Muito menos reside no fato de se ensinar a técnica para construir um pilar de sustentação de 500 toneladas. Mas, encontra-se na postura Moral e principalmente Ética dos indivíduos na sociedade.

O empresário e ex-deputado Sérgio Naya faleceu no dia 20 de fevereiro de 2009, aos 66 anos, em uma tarde de sexta-feira de Carnaval, dois dias antes do “Caso Palace II” completar onze anos. O personagem principal desse enredo veio a óbito em um quarto de hotel na Bahia. Naya morreu sozinho. Curiosamente, em uma terra que culturalmente é identificada pela alegria, onde multidões de pessoas, principalmente na época de Carnaval, dançam e cantam. Segundo os advogados das vítimas do Palace II, parece que o pagamento das indenizações será agilizado, uma vez que Naya fez de tudo para obstruir a execução das sentenças por danos materiais e morais.

Na atualidade, há a necessidade de se construir um valor distinto do “jeitinho brasileiro”. Essa necessidade decorre do fato de se inviabilizar esta sociedade devido a tanta “esperteza”. Se esses valores continuarem a ser propagados, então, perpetuar-se-ão episódios como o do leite adulterado⁶. Será que simplesmente criminalizar e prender os indivíduos

⁶ Cooperativas de leite adicionavam soda cáustica e água oxigenada para que o prazo de validade do leite Longa Vida fosse prolongado (cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2510200712.htm>>).

os responsáveis resolve o caso? Será que, ao se discutir outros valores possíveis, a sociedade poderia ser diferente?

Tanto a Moral quanto a Ética são assuntos que os docentes da disciplina Filosofia podem e devem abordar com os seus discentes. A disciplina de Filosofia foi retirada dos currículos no período militar e reintroduzida em 2 de junho de 2008, através da Lei nº 11.684. Lei semelhante havia sido vetada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, com a justificativa de não se ter profissionais em número suficiente para cobrir a demanda de uma “nova disciplina” na grade curricular.

Acredito que outra sociedade brasileira é possível. Claro está que a Filosofia não é uma panacéia milagrosa. Não é porque foi introduzida como disciplina obrigatória que todos os problemas serão extintos na sociedade. Mas há, sem dúvida nenhuma, uma possibilidade de que casos como o Palace II sejam impedidos de se repetirem por pessoas que tenham um mínimo de valores éticos. Algum personagem dessa incrível história poderia ter alertado a sociedade: o engenheiro responsável pela obra, o mestre de obras, o bombeiro hidráulico, ou qualquer outra pessoa que tivesse como princípio a vida.

Para se ter uma República, há que ter cidadãos. E que sejam autônomos e livres para decidirem sobre como, onde e por que agir. Para que uma República seja condenada ao fracasso, basta que os princípios de Sérgio Naya sejam considerados coletivamente como um valor a ser alcançado. A pergunta que fica é: será que vale a pena progredir materialmente na vida, custe o que custar?

CONCLUSÃO

Após esse percurso que tentou evidenciar a necessidade da Filosofia em uma instituição tecnológica, cabem algumas considerações. Quanto à apresentação do texto, os subtemas foram redigidos separadamente a partir das reflexões de cada docente, o que permitiu perceber temáticas e teses diferentes que compõem discussões importantes para a reflexão acerca do ensino de Filosofia em nossos dias.

Por um lado, observa-se que as técnicas e tecnologias não estão isentas de valores e interesses ideológicos e políticos, por isso é de suma importância refletir sobre elas. Nesse sentido, a discussão sobre o ensino de Filosofia torna-se imprescindível, visto que, para ensiná-la – em um contexto de complexidade de informações do mundo globalizado –, precisamos de dinamismo e contextualização e, ao mesmo tempo, de uma base histórica e conceitual. Ensina-se Filosofia ou a filosofar? Esta questão permanece, levando-nos a pensar em um ensino de Filosofia que envolva o diálogo e a reflexão. De fato, *ensina-se a filosofar ao se ensinar Filosofia*.

Assim como os alicerces do edifício Palace II eram frágeis, não podemos permitir que a formação educacional e profissional dos nossos educandos seja erigida da mesma forma. Há que se edificar o cidadão em bases sólidas. E, nesse quesito, a Filosofia pode e deve contribuir para *uma reflexão sobre a moral*. Ao contribuir para formar uma consciência ética, a Filosofia torna-se muito mais que uma disciplina qualquer. Ela justifica não só sua introdução por força de lei, como também por força da contingência social. Talvez, se Naya, em sua formação, fosse sensibilizado pela matéria, famílias inteiras não chorariam a morte de seus entes queridos.

O Grupo de Pesquisa em Filosofia do IFMT objetiva discutir sobre o ensino de Filosofia, bem como outras questões relativas à Ética, Epistemologia, Ciência e Tecnologia na Educação Profissional. Esperamos que esse seja o primeiro de muitos ensaios onde possamos explicitar nossas visões de mundo e dialogar com a comunidade. Acreditamos que, através da construção edificante de um diálogo produtivo, podemos aferir ganhos qualitativos em relação à educação.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Raquel. Informática na educação: representações sociais do cotidiano. São Paulo: Cortez, 2002.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CONCRETO ESFARELA NA MÃO, AFIRMA PERITO. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 fev. 1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff28029810.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2009.

ESCÓSSIA, Liliana. Relações homem-técnica e processo de individuação. São Cristovão: UFS, 1999.

HEIDEGGER, M. Essais et conférences. Paris: Gallimard, 1958.

MARCONDES, Ciro. Sociedade tecnológica. São Paulo: Scipione, 1994.

MERLEAU-PONTY, M. A estrutura do comportamento. Belo Horizonte: Interlivro, 1975.

LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

_____. A conexão planetária, o mercado, o ciberespaço, a consciência. São Paulo: Editora 34, 2003.

LIMA, Roni. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 fev. 1998. (Caderno Cotidiano.).

OBIOLS, Guillermo. Uma introdução ao ensino da Filosofia. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2002.

PARMALAT NEGA O USO DE LEITE ADULTERADO EM SEUS PRODUTOS. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 out. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2510200712.htm>. Acesso em: 26 fev. 2009.

ROCHA, L.; FERNANDES, M. O vilão do desabamento da Barra. Revista Veja, São Paulo: Ed. Abril, 4 mar. 1998. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/040398/p_028.html>. Acesso em: 26 fev. 2009.

SANTAELLA, Lúcia. Cultura e artes do pós-humano. São Paulo: Paulus, 2003.

SCHEPS, Ruth (Org.). O império das técnicas. Campinas: Papirus, 1996.

VIRILIO, Pau; SYLVERE, Lotringer. Guerra pura: a militarização do cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ZABALA, Antoni. Enfoque globalizador e pensamento complexo. Porto Alegre: Artmed, 2002.

